

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

BRASÍLIA, 10 DE AGOSTO DE 2017

ABERTURA

A 5ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos foi aberta pela Secretária Especial de Direitos Humanos, Flávia Piovesan, na Sala de Reuniões do Gabinete do 10º andar, na sede da Secretaria Especial de Direitos Humanos, localizada no Setor Comercial Sul – B, Quadra 09, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate, Brasília/DF.

Estiveram presentes: Fernanda Reis Brito (coordenação do CNEDH e CGEDH/MDH), Daniel Ximenes (MEC), Francisco de Moraes (MEC), Galdene Santos (MNDH), Rislá Lopes Miranda (MinC), Carla Souto (OEI), Vanderlene Rodrigues (MCTIC), Fernanda Lapa (IDDH), Nair Bicalho (Especialista), Ronaldo Moysés (Flacso), Maria Nazaré Tavares Zenaide (Especialista), Gina Vieira (Especialista), Daniella Veyga (UNE) Como ouvintes: Clara Ramirez (AIPR) via *skype*. Francisca Pini (IPF) participou no período da tarde.

Secretaria Flavia Piovesan, do MDH, fez boas vindas a todos e relatou atividades em andamento para educação em direitos humanos (EDH): apoio à implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), implementação do Pacto Nacional Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade, da Cultura de Paz e dos Direitos Humanos, agenda com Advocacia Geral da União (AGU), agenda com Presidente da OAB, agenda sobre EDH e mídia. Fez informe sobre publicação de decreto que estrutura o Ministério dos Direitos Humanos e que, por este motivo, teria que se ausentar da reunião do CNEDH para participar de reunião sobre este decreto. Em seguida, passou a palavra para Fernanda Reis Brito encaminhar o primeiro item de pauta.

INFORMES, por Fernanda Reis Brito, da CGEDH/MDH

1) Edital para seleção de entidades de ensino e da sociedade civil para o biênio 2018-2019

Realizou agradecimento pelo trabalho realizado pelas entidades do biênio 2016-2017 e informou que em breve será publicado edital para o biênio 2018-2019. A 6ª reunião ordinária, prevista para ser realizada em 16 e 17 de novembro, deverá ser a última reunião do biênio 2016-2017.

2) Escola Nacional de Educação em Direitos Humanos

A perspectiva é de lançamento da escola com seis cursos à distância, e oferta de 3 mil vagas ao longo de dois anos. Serão cursos de extensão elaborados em parceria com a Universidade

de Brasília. Foram publicados editais para contratação de consultoria, e estão em andamento as seguintes consultorias:

- Elaboração do projeto político pedagógico da escola, cujo produto será compartilhado com o CNEDH, e salientou a contribuição do IPF na metodologia participativa.
- Construção de módulos de EDH, com a consultora Carmen Gatto, que já foi apresentada ao Comitê. Quando o produto estiver pronto, será apresentado ao CNEDH para contribuições.
- Curso para temática LGBT, com o consultor Alexandre Bortolini.
- Conteúdo para a temática de população em situação de rua.
- Revisão de curso ofertado, em 2007, de formação de conselheiros em direitos humanos.
- Curso para temática da pessoa idosa.
- Curso para a temática de direitos humanos.

Secretaria Flavia Piovesan, do MDH, informou realização de reunião com parceiros do judiciário (e.g. ENFAM) que demonstraram entusiasmo com a proposta da ENEDH e possibilidade de oferta de cursos relacionados à sua área de atuação, a exemplo de controle de constitucionalidade e direito internacional.

Professora Nazaré Tavares salientou que as escolas de magistrado podem ser parceiras.

Daniel Ximenes, do MEC, fez pergunta sobre a modalidade de ensino e sobre o público alvo. **Fernanda Reis Brito, da CGEDH/MDH**, informou que os cursos são à distância, com público alvo em nível nacional, e que todos os cursos terão um módulo inicial comum sobre direitos humanos, um módulo inaugural para todos os eixos, de 10h aula. **Daniel Ximenes, do MEC**, colocou o Ministério à disposição para a formalização da escola, a exemplo de escolas de governo que já existem.

Fernanda Lapa, do IDDH, fez pergunta sobre como ocorrerá o curso na modalidade EaD para temática de população em situação de rua. **Secretaria Flavia Piovesan, do MDH**, destacou a mesma preocupação. **Fernanda Reis Brito, da CGEDH/MDH**, informou que este módulo será ofertado para profissionais que atuam com este segmento.

3) XXX RAADH

A trigésima reunião da RAADH será realizada no Brasil na última semana de outubro. Haverá duas videoconferências preparatórias. Não houve consenso na XXIX reunião, na Argentina, sobre as diretrizes de educação em direitos humanos para o Mercosul, e a proposta para a próxima reunião é tentar construir o consenso para aprovar as diretrizes e propor um plano de ação.

Maria Nazaré Tavares, especialista, lembrou que atuação do Brasil em EDH tem sido importante e que a proposta de criação da comissão de cultura e educação foi uma proposta brasileira. No primeiro plano de ação ficou acertado que a cada dois anos um país deveria realizar um encontro para promover troca de experiências e produção de materiais, a exemplo do Cinema pela Verdade. Existe grande arcabouço bibliográfico no continente que poderia ser

traduzido, e que não chega até às universidades. Houve realização de dois encontros (Brasil e Uruguai), e um novo encontro poderia ser realizado.

4) Prêmio Nacional de Educação em Direitos Humanos

A fase de seleção foi realizada. Houve alteração do prêmio, que se tornou a etapa nacional para o prêmio ibero-americano. Nesta edição, haverá quatro premiações, e a cerimônia será realizada no dia 30 de agosto de 2017, juntamente com o evento de lançamento distrital do Pacto Nacional Universitário, a ser realizado na Universidade de Brasília.

Carla Souto, da OEI, informou que a divulgação dos vencedores será realizada no dia 14 de agosto de 2017, após visita às iniciativas. Há diversidade regional na premiação.

5) Nota de repúdio ao projeto escola sem partido

A nota elaborada pelo CNEDH foi divulgada no site da SDH, no espaço institucional indicado para o comitê na seção de participação social. Neste espaço também são divulgados os documentos (edital e resultado) da seleção de entidades da sociedade civil e instituições de ensino no CNEDH.

6) Projeto AIPR, com apresentação por Clara Ramirez via Skype.

Clara apresentou breve histórico do desenvolvimento do projeto. Foram realizados dois encontros, um em Brasília e outro em São Paulo, este último com número menor de participantes e com participação de representantes da sociedade civil, professores e aluno. O encontro em São Paulo apresentou semelhanças com as demandas expostas em Brasília. O diagnóstico apresentou a necessidade de se trabalhar com jovens, com metodologias participativas (eles próprios desenvolvem a proposta, considerando o funcionamento da escola e desenvolvem suas próprias ideias) e empoderamento dos jovens. A discussão mais técnica focou em como realizar um projeto piloto e implementá-lo; em aplicá-lo no ensino fundamental ou médio, com escolha pelo ensino médio, pois já existem diversas iniciativas nos outros níveis. A proposta é desenvolver uma metodologia para implementação em três ou quatro escolas, de acordo com a capacidade de atuação dos parceiros (AIPR, MDH e PFDC). Agora parte-se para implementação de um grupo de trabalho menor, especializado, e que desenhará o projeto. No dia 11 de agosto de 2017 haverá reunião em São Paulo com 15 jovens e professores para apresentar a metodologia do projeto. Será convocada reunião com grupo de trabalho no dia 28 de agosto de 2017, em Brasília, para aprovar a proposta e iniciar a implementação do projeto com atuação de um consultor, no início do próximo ano escolar, em 2018.

Secretaria Flávia Piovesan, do MDH, apresentou três perguntas: 1) Haverá recorte regional na escolha das escolas do projeto piloto? 2) Com a escuta ativa dos jovens, eles definirão os grandes temas que serão trabalhados? 3) Sobre o cronograma, a proposta é iniciar no próximo ano. Quais serão as próximas etapas para a consecução do projeto?

Clara Ramirez do AIPR respondeu: 1) A ideia é começar com um pequeno piloto em São Paulo e Brasília, e analisar como isso pode ser expandido. Deverá ser estabelecido um protocolo para abordagem das escolas e apresentar uma convocatória para secretarias de educação, incluindo escolas com realidades diferentes. 2) A proposta é de haver uma série de módulos

genéricos sobre cinco ou seis temas importantes, com teoria e exercícios práticos para reflexão, e organização dos jovens em grupos para pesquisa de temas de investigação e elaboração de um projeto pelos grupos. 3) A identificação das escolas deve começar entre setembro e outubro de 2017, para realização de capacitação conjunta dos professores e elaboração de uma rede. A implementação do projeto nas escolas seria entre fevereiro e julho de 2018. Este cronograma deverá ser discutido no grupo de trabalho.

Fernanda Reis Brito, da CGEDH/MDH, informou que o projeto escrito será compartilhado com o CNEDH, que também será informado sobre os andamentos das atividades do projeto.

7) Andamento do Pacto Nacional Universitário

Apresentação do panorama de adesão: 29 entidades apoiadoras (2 em cadastramento, 9 em implementação do plano de atuação e 8 em monitoramento); 260 instituições de ensino superior (19 em cadastramento, 40 em elaboração do comitê gestor, 61 em elaboração do plano de trabalho e 140 em monitoramento). Três estados não tem adesão e demandam atuação mais intensa: Acre, Sergipe e Roraima. Há dois lançamentos estaduais previstos: 15 de agosto de 2017 em Joinville (SC), com a Univille, e no dia 30 de agosto de 2017 em Brasília, com a Universidade de Brasília. Foi elaborado um documento orientador para apoio à adesão de entidades apoiadoras.

Fernanda Lapa, do IDDH, apresentou a articulação realizada para organização do evento com a Univille. A reitoria está engajada e fez contato com o sistema CAFe. Está sendo realizada concomitantemente a comemoração de 10 anos da clínica de direitos humanos. Será uma semana de atividades com a comunidade, com foco em direitos humanos e participação da comunidade universitária. Haverá exposição sobre memória e verdade com material da SDH.

Daniel Ximenes, do MEC, informou que o MEC está surpreso com a criação da rede que está sendo formada com o Pacto Universitário, com grande apoio das associações representativas do ensino superior (CRUB, ABMES, etc.). Houve preocupação em fortalecer a iniciativa por meio de forte trabalho para inserir a temática no ensino superior de maneira institucional, por isso a adesão a partir da autoridade máxima das IES, para que as IES como um todo estejam focadas no projeto. 200 instituições entre as 260 já estão na etapa de elaboração e monitoramento do plano de trabalho, e isto será analisado pelo MEC. O entendimento no MEC é de que é importante “fazer a roda girar”. Neste semestre, a ênfase não será tanto no processo de adesão, como no semestre anterior, em 2016, com a realização de eventos estaduais, mas a interpretação do fenômeno de adesão. Hoje, dia 10 de agosto de 2017, será publicado edital para contratação de consultor, que deverá analisar os planos de trabalho para interpretação dos resultados, e pensar a elaboração de documentos orientadores nos eixos de atuação do Pacto. Destacou a importância de se realizar videoconferências, e conseguir alguns apoios para o trabalho. Informou que no dia 1 de agosto de 2017 foi publicado um edital de formação voltado para as universidades federais em nível de aperfeiçoamento de profissionais da educação básica em duas linhas temáticas: i) educação em direitos humanos; ii) *bullying*, violência, gênero e discriminação. Dentre os critérios está a adesão ao Pacto Nacional Universitário e a formação do comitê gestor. Haverá financiamento de quatro universidades para formação de polos com atendimento de 250 cursistas em cada localidade, com participação de professores e gestores das escolas. As secretarias de educação participarão na indicação dos cursistas. Com este formato, espera-se fortalecer a relação entre professores, gestores e secretarias de educação. Há

negociação em andamento com a Capes para lançamento de edital de pesquisa sobre EDH, com perspectiva de ampliação para universidades públicas e privadas sem fins lucrativos.

Secretária Flavia Piovesan, do MDH, agradeceu a parceria com o MEC e indicou que pela avaliação da SDH a iniciativa esta realmente em andamento, em graus diversos. Agradeceu a todos o esforço direcionado à iniciativa. Conforme reunião com o MEC, realizada com a Secretária Ivana de Siqueira (da SECADI/MEC), adicionou que o fomento à pesquisa deve ser acrescentado à estratégia. Existe recurso no Fundo Nacional do Idoso, e foi feita sugestão que parte do orçamento seja para o fortalecimento de pesquisa, por meio de editais de fomento. Informou que está em andamento parceria com a Sociedade Max Planck para concessão de bolsas no âmbito do Pacto Nacional Universitário.

Maria Nazaré Tavares, especialista, destacou que é necessário promover o diálogo interno na gestão. É preciso, de maneira comprometida, conhecer o que a universidade faz. A inserção da gestão na formulação de elaboração do Pacto Nacional Universitário foi muito importante.

Daniel Ximenes, do MEC, iniciou informe sobre a educação básica. As estratégias até então implementadas são importantes, porém não suficientes. Houve muitas publicações e estudos, mas para o atendimento amplo, há limitações. São dois milhões de professores e há grande nível de abandono nos cursos de formação. O entendimento é de que é necessário pensar um modelo em que a temática de EDH esteja inserida na comunidade escolar, como um tema mais agregador na realidade da escola, de acordo com sua realidade e vivência. Por isso, foi escolhido o tema de enfrentamento ao *bullying*, à discriminação e à violência na escola. Também está se procurando trabalhar tecnologias e mídias, para se colocar à disposição da comunidade escolar a formação sobre a temática. A proposta é construir uma plataforma sobre este tema, com trilhas formativas de módulos sobre estes temas, disponível de maneira democrática para toda a comunidade escolar (professores, alunos, conselhos, etc.). Há parceria com Flacso e Unesco para criação deste Portal, que será concomitante às formações já existentes, a exemplo do edital que foi lançado no dia 1 de agosto de 2017.

Profa. Gina, especialista, informou que participou da primeira discussão do projeto e que a aprovação da terceira versão da base curricular comum está na iminência de aprovação. Na realidade dos professores existe o questionamento sobre o que a inclusão de direitos humanos nas aulas pode impactar na realização do currículo. Existe dificuldade na compreensão da diferença entre conteúdo do currículo e tema transversal. Sugere que este olhar sobre a base curricular comum e estratégias para o professor realizar este diálogo da temática de direitos humanos seja incluído no projeto.

8) Convocatória do Circuito Difusão da 11ª Mostra Cinema e Direitos Humanos

O circuito principal foi realizado no primeiro semestre em todas as capitais, com cerca de uma semana de exibição de filmes sobre as diversas temáticas de direitos humanos em cada cidade, com enfoque na temática de gênero. A convocatória para o circuito difusão foi lançada e podem participar diversos pontos de todo o país. A proposta é capilarizar a mostra e aumentar a oferta de cultura. As inscrições estão abertas até o dia 20 de agosto de 2017 e foi encaminhada mensagem ao CNEDH com solicitação de apoio na divulgação.

Profa. Maria Nazaré Tavares, especialista, sugeriu que a lista de entidades participantes do circuito difusão, por UF, seja disponibilizada para identificação de entidades que possuem o material para possibilidade de formação de parceria em atividades de formação.

9) Projeto Diálogos Setoriais Brasil e União Europeia

SDH inscreveu um projeto sobre mídias sociais e Direitos Humanos, envolvendo oferta de cursos na modalidade EaD sobre Direitos Humanos. O projeto foi aprovado e está em fase inicial, com contratação de consultoria – um consultor externo, por parte da União Europeia e um interno, por parte da SDH – para mapear experiências na Europa e no Brasil. Será estabelecida missão para conhecer experiências europeias de cursos EaD e de internet e direitos humanos. Solicitou informação ao CNEDH sobre iniciativas EaD e internet e direitos humanos de conhecimento do CNEDH.

Profa. Nair Bicalho, especialista, fará contato com professor de Sevilha, que trabalha com a temática, para informar sobre cursos existentes.

Profa. Nazaré Tavares, especialista, informou que a Universidade Federal do Rio de Janeiro tem atuação sobre o tema.

10) Outros informes

Profa. Nair Bicalho, especialista, informou que foi estabelecido conselho de Direitos Humanos na Universidade de Brasília. Informou que aumentou o índice de suicídio entre alunos, devido a uma grande carga emocional nos alunos, de viés afetivo e de grande carga de tarefas da própria universidade. O Instituto de Psicologia está à frente da iniciativa, com atuação de professores do Centro Avançado de Estudos Multidisciplinares. O Conselho de Direitos Humanos desenvolverá a política de direitos humanos da Universidade de Brasília. Está sendo elaborada uma carta compromisso para envio a IES do Distrito Federal objetivando mobilização para o dia 30 de agosto de 2017, quando será realizado o Seminário de EDH no Distrito Federal de mobilização para o Pacto Universitário.

Profa. Nazaré Tavares, especialista, informou que o índice de suicídios de jovens no curso de medicina aumentou muito na Universidade Federal da Paraíba. Ressaltou a importância da preocupação com a pessoa humana.

Fernanda Lapa do IDDH, informou que está aberta consulta sobre as recomendações recebidas pelo Brasil na Revisão Periódica Universal (RPU) do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas. São 246 recomendações, sendo cerca de 20 sobre educação. A próxima sessão será em setembro de 2017. Houve audiência na Câmara de Deputados sobre estas recomendações, com participação da sociedade civil. Sugere-se que a recomendação do Vaticano sobre casamento apenas entre homens e mulheres seja rejeitada. Convida a todos para participarem da consulta, que estará aberta até dia 11 de agosto de 2017. Fez informe sobre eventos internacionais de EDH: i) evento sobre a formação de comunidade acadêmica de direitos humanos em Guadalajara, no México, em 28 e 29 de novembro. Vai se chamar Fórum Mundial Acadêmico sobre Direitos Humanos, com apoio das Nações Unidas, da Unesco e fomentado por grupo de certificação internacional, chamado Grama. Participam Universidades e ONGs; ii) entre 30 de novembro e 3 de dezembro acontecerá a 8ª Conferência Internacional de Educação em Direitos Humanos em Montreal no Canadá. Encaminhará informações sobre os eventos posteriormente.

Profa. Nazaré Tavares, especialista, complementou informe referente à realização do Colóquio Interamericano sobre Educação em Direitos Humanos, no Uruguai. O colóquio é realizado a cada dois anos. Encaminhará mais informações sobre o evento posteriormente.

Vanderlene Rodrigues, do MCTIC, fez questionamento sobre qual pode ser a atuação do CNEDH a respeito da escalada de violência no país.

Profa. Nair Bicalho, especialista, respondeu que a questão de violência é estrutural, e em países periféricos e semiperiféricos, este estrutural é grave, pois o Brasil é campeão da desigualdade social. O *Social Report* das Nações Unidas coloca o país em uma situação ruim, a exemplo da volta da questão da fome no país e da perda de direitos, com cortes de orçamento de universidades. Destacou as tendências armamentistas no país e o assassinato de indígenas, e a insensibilidade do governo com populações vulneráveis. Destacou que a ação deve ser a resistência por parte das universidades e da sociedade. A única ação a ser esperada do governo é a política de estado, a exemplo da que é desenvolvida no CNEDH. Destacou também a violência contra a mulher, apesar da atuação da Secretaria de Políticas para Mulheres e de organizações da sociedade civil, e a violência simbólica apresentada na rede aberta televisiva. Apresentou visão pessimista sobre a possibilidade de superação do quadro atual de violência.

Profa. Nazaré Tavares, especialista, apresentou a criação de um fórum na Paraíba para tratar a questão da violência. Destacou que o tema deve ser debatido com universidades e conselhos. O recurso para segurança não é debatido de maneira participativa e não é direcionado para ações preventivas, mas para ações reativas.

Fernanda Reis Brito, da CGEDH, destacou que o papel do CNEDH como promotor da cultura e da educação em Direitos Humanos é uma resposta para a cultura da violência.

Fernanda Calderaro, consultora na SDH, destacou que há violência urbana e rural, e 80% dos defensores de direitos humanos ameaçados no Brasil são da área rural. A violência rural está aumentando, e há uma variável nova que é a entrada de organizações criminosas no meio rural. Falou sobre o papel da mídia na comunicação sobre direitos humanos e a dificuldade para trazer profissionais com atuação em mídia e direitos humanos para os comitês estaduais de EDH.

Fernanda Reis Brito, da CGEDH, informou que a publicação do Decreto de estrutura do MDH permitirá a revisão da portaria que estabelece o comitê de maneira a reforçar a participação social no comitê, com destaque no aspecto decisório.

APRESENTAÇÃO SOBRE ANDAMENTO DA CONSULTORIA PARA CRIAÇÃO DO FORUM NACIONAL DOS COMITES ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, por Fernanda Calderaro, consultora.

Foram realizadas visitas desde a última reunião do CNEDH, quando foram apresentados dados de 2015 e dados atualizados apenas para a região Nordeste. Foi apresentado agora mapa atualizado, e na região Norte, salvo o Estado de Tocantins, o contato foi feito à distância, pois não houve visita. Onde há dificuldade de contato estão sendo enviados ofícios solicitando pauta para tratar a temática de EDH.

- **PI e PR – estão em funcionamento.** No Paraná, o comitê está institucionalizado e tem foco de atuação de EDH no sistema prisional. No Piauí, foi debatido o processo

de institucionalização e há divergência no grupo sobre a questão. Existe dificuldade de fomento e manutenção de comitês estaduais. O grupo é formado majoritariamente pela sociedade civil e a Secretaria Estadual de Educação não participa. Três Secretarias Estaduais sugeriram a vinculação do comitê, que foi recusada a partir da preocupação de que seja feito mal-uso do espaço do comitê.

- **AP, CE, DF, PE, SE, e RJ – não existem comitês.** Foi iniciado trabalho onde não há comitês. No Amapá, foi dada resposta de que não haverá criação de comitê, pois não há equipamento de participação social. Será criado antes um comitê de direitos humanos, e foi dada a sugestão de criação de um GT permanente de EDH. No Ceará, o comitê está em construção avançada e funcionará vinculado ao governo estadual. Está organizado em eixos, sendo um deles memória e verdade. Em Pernambuco, foi criado um GT para discutir o modelo e formato do comitê. Já aconteceram duas reuniões e está vinculado à Secretaria de Justiça e Direitos Humanos. Irá acontecer a terceira reunião do grupo nos dias 5 e 6 de setembro de 2017. Ainda não foi possível fazer contato com Sergipe e foi encaminhado ofício para Secretarias Estaduais da pauta em Sergipe e Distrito Federal. No Rio de Janeiro, o comitê está vinculado à Secretaria de Direitos Humanos, Mulheres e Idosos, e será publicado Decreto em Setembro de 2017 para instituição do Comitê. Primeiro será criado grupo e depois será estabelecida articulação no estado.
- **AC e PA – comitês estão desmobilizados**, e contatos nos Estados informaram que os comitês não têm mais atuação. No Acre, o comitê está restabelecendo reuniões para rearticulação. No Pará, a coordenação de EDH foi fechada, e o comitê deixou de existir. Para a sugestão de rearticulação, a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos respondeu informalmente que a coordenação foi fechada e que poderia haver a possibilidade do restabelecimento.
- **AM, AL, BA, ES, GO, MA, MG, MT, MS, PB, RN, TO, RR, RO, RS, SC e SP - comitês estão desarticulados.** Na Paraíba houve boa resposta e o governo demonstrou interesse em institucionalizar o comitê. Devolveu o trabalho ao comitê para elaboração de uma proposta de formato e vinculação à Secretaria Estadual de Educação, com participação da Secretaria de Desenvolvimento Social, Mulheres e Direitos Humanos. Em Alagoas, está sendo construído o plano estadual de EDH. Existe uma disputa na execução do comitê, e apesar da mediação realizada, ainda não houve decisão. Apesar disso, a rearticulação do comitê está acontecendo. No Rio Grande do Norte, não houve disposição para assumir a rearticulação do comitê. No Maranhão, há uma comissão de EDH, e não comitê, pois não foi verificada necessidade de criação de mais um espaço de participação. A comissão está elaborando um plano estadual de EDH. Na Bahia, houve interesse do Estado em rearticular o comitê, que já está institucionalizado. Prevê participação de 22 pessoas. Todas as informações do comitê foram perdidas em um acidente que ocorreu na Secretaria a que ele está vinculado (Secretaria Estadual de Direitos Humanos). Em Tocantins, o comitê existe, mas os membros não foram nomeados e não há atividades. No Amazonas existe interesse em rearticular o comitê junto à Secretaria de Mulheres, Direitos Humanos e Minorias, com possibilidade de criação de uma coordenação de EDH. Em Roraima e Rondônia existe dificuldade de contato. Em

Minas Gerais houve visita e foi construído grupo de trabalho para debater a portaria de instituição do comitê. A portaria está em análise jurídica, o que significa que o comitê será institucionalizado. Em São Paulo existem desafios para articulação do comitê, mas o movimento de criação do plano estadual de EDH e a comissão estabelecida para tal apresentam uma perspectiva positiva na rearticulação. No Espírito Santo há trabalho para a rearticulação do comitê, mas existe divergência quanto à estrutura do comitê. No Mato Grosso, o comitê foi incorporado à Secretaria de Educação. A comissão responsável pela criação do plano estadual de EDH foi criada, porém não nomeada. No Mato Grosso do Sul, a execução do comitê é realizada pela universidade estadual, mas o comitê não está funcionando. Em Goiás, existe dificuldade de contato com a secretaria estadual que detém a pauta. No Rio Grande do Sul há registro histórico detalhado de atuação do comitê e a visita ainda não aconteceu. Existe dificuldade de mobilização de participantes para o comitê. Em Santa Catarina foi iniciado contato com representante da universidade federal e existe interesse na rearticulação. É necessário rearticular os atores.

As principais dificuldades encontradas até agora foram: ausência de registro de atividades e avaliação de impacto das ações; interrupção de ações com o encerramento dos recursos do governo federal; os espaços de participação não conseguem formar protagonistas na pauta de EDH, o que torna a pauta personificada, dificultando a manutenção da mobilização. Existe pessimismo em relação à capacidade do comitê de realizar influência na política pública e atuar como espaço deliberativo. Houve sugestões nas visitas realizadas de que a participação nestes espaços deveria ser remunerada. Há dificuldade de representação do interior dos estados, que acaba por ficar concentrada na capital.

A atuação do CNEDH com os comitês estaduais deve ser permanente, e o desafio colocado é como manter a mobilização e as atividades dos comitês. Dentre as possibilidades levantadas estão: a criação de grupo de comunicação por mensagem para estabelecimento de rede entre os grupos; a criação de um fórum, cuja proposta está sendo bem aceita. A minuta de instrumento para criação do fórum é apresentada em todas as visitas, mas até o momento não houve retorno de possíveis contribuições.

Em conclusão, o cenário é um pouco pessimista, e existe dificuldade de retorno, pois os contatos locais têm procurado levantar ações para apresentar antes das visitas, colocando assim empecilhos para que estas ocorram sem que eles tenham “algo pronto” para apresentar. Foi verificado com isso que, apesar dos resultados serem tímidos, as visitas têm despertado ações nos estados.

Fernanda Reis Brito, da CGEDH, informou que a consultoria está organizada em um tripé – contato com governo, universidades e sociedade civil – e sua duração é até dezembro de 2017. Existe expectativa de publicação de novo edital após o encerramento. Considera que a provocação que está sendo feita nos estados demonstra que o fórum poderá ser um mecanismo de formação de rede e fortalecimento da mobilização.

Profa. Nair Bicalho, especialista, informou que fez palestra no Rio Grande do Norte, e que a UFRN tem interesse em retomar as atividades. A Universidade desenvolveu um centro de direitos humanos, que foi desativado quando acabaram os recursos direcionados. Há um grupo de professores capacitados ligados à área de psicologia e ela fará contato com eles para retomar atividades relacionadas com EDH. Existe possibilidade de apoio da UnB à UFRN.

Fez sugestão de contato com Prof. Sólton Viola para informações sobre atuação do comitê no Rio Grande do Sul. Fez resgate histórico sobre o trabalho do comitê do Rio Grande do Sul, sobre a criação de comitês estaduais e sobre o debate relacionado à questão de quem deveria fazer a mobilização – estado ou sociedade civil. A sociedade civil foi protagonista no primeiro movimento de criação dos comitês estaduais e, verificando o quadro atual de institucionalização dos comitês, considera que esta retomada deve ser feita em contato com os governos estaduais e com a busca de parceiros locais. O tripé apresentado de atuação da consultoria – governo, sociedade civil e universidades – é importante neste movimento atual, como tentativa de estabelecer um equilíbrio.

Profa. Nair Bicalho, especialista, fez resgate histórico do desenvolvimento das atividades do comitê estadual de São Paulo, e **Profa. Maria Nazaré Tavares, especialista**, relatou que houve tentativa de rearticulação do comitê pela sociedade civil, que elaboração do plano estadual de EDH esta em andamento e que a Profa. Francisca Pini, do IPF, está envolvida nesta articulação e que poderá dar informe sobre o andamento das atividades.

Galdene Santos, do MNDH, informou que acompanha as atividades no Espírito Santo e que o debate sobre o formato do comitê está centralizado na Secretaria Estadual, sem diálogo com os demais participantes do comitê sobre esta questão.

Profa. Maria Nazaré Tavares, especialista, falou sobre a importância da criação de um mecanismo de diálogo. Sugeriu que a consultoria tenha um tempo mais amplo, pois o processo de fortalecimento da cultura de EDH é de longo prazo.

Fernanda Lapa, do IDDH, destacou que a consultoria pode auxiliar a identificar onde está a pasta de direitos humanos nos estados e citou o exemplo de Santa Catarina. Citou que os membros do CNEDH em cada estado podem ser mobilizados nas visitas.

A reunião foi suspensa às 13h, para almoço, e ficou acordado que seria retomada às 14h30.

A reunião foi retomada às 15h15.

Fernanda Reis Brito fez introdução sobre a pesquisa realizada por Vanessa Alves Carneiro, que realizou mestrado no PPGDH-UnB sob orientação da Prof. Nair Bicalho e atualmente é consultora na CGEDH. A palavra foi passada para Vanessa Carneiro.

APRESENTAÇÃO SOBRE A INCORPORAÇÃO DA EDH NO BRASIL NO CENÁRIO REGIONAL DAS AMÉRICAS, por Vanessa Alves Carneiro, do PPGDH UnB

O tema da apresentação são as tendências da incorporação da EDH no Brasil no cenário regional das Américas a partir de análise do segundo ciclo de relatórios interamericanos de EDH do Instituto Interamericano de Direitos Humanos (IIDH), conforme apresentação em anexo (ANEXO 1 – APRESENTAÇÃO VANNESSA CARNEIRO).

Após apresentação, foi aberto espaço para comentários e perguntas.

Profa. Gina Vieira, especialista, parabenizou a pesquisa realizada e ressaltou que a pesquisa faz sentido com sua experiência prática no espaço escolar público, que apresenta um grande prejuízo pedagógico para crianças e adolescentes brasileiros. No caso de Brasília, o principal indicador é a inexistência e o aniquilamento de grêmios estudantis. Salienta que a pesquisa deve chegar a quem realiza a política pública, passando pelo CNEDH, e deve chegar à Secretaria de Educação e aos professores que trabalham na ponta, resgatando a progressividade da EDH.

Fernanda Lapa, do IIDH, parabenizou a pesquisa realizada e fez comentário sobre a importância de se ter dados quantitativos para realizar comparação com a realidade, além de ressaltar o resultado da inexistência de dados sobre progressividade e sobre a implementação de EDH, com destaque para a ausência de indicadores. O CNEDH tem como construir indicadores próprios, partindo do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. É possível utilizar os trabalhos realizados pelo Instituto Interamericano dos Direitos Humanos e somar novos indicadores.

Secretária Flavia Piovesan, do MDH, também parabenizou a pesquisa realizada. Ressaltou a dificuldade de se trabalhar indicadores, utilizando como pano de fundo sua atuação no grupo de monitoramento do Protocolo de San Salvador. A avaliação da aplicação concreta é diferente da leitura da norma. Destacou que seria importante compartilhar, além da própria dissertação, a proposta curricular e metodológica do Instituto Interamericano de Direitos Humanos, que pode ser apresentado em outra reunião do CNEDH. Indagou se há algum país de referência no caso da análise de currículos pedagógicos, livros e textos (como reposta, **Vanessa Carneiro** informou que irá apurar). Em relação ao Pacto Nacional Universitário, poderia ser realizada uma nova pesquisa sobre a atuação das Universidades nestes indicadores. Sobre grêmios estudantis, talvez haja, junto com a tendência de sua fragilização, outro movimento de formação de comitês temáticos (diversidade, gênero, etc.) com estudantes da faixa etária universitária, e mesmo entre alunos mais velhos do ensino básico, e talvez seja uma tendência pós-ocupações das escolas. Indicou a importância e o desafio da busca por indicadores estruturados sobre EDH.

Profa. Maria Nazaré Tavares, especialista, destacou a importância de atuação de agremiações estudantis durante o período do regime militar e chamou atenção para a inexistência de estudo sobre diversas atividades de EDH realizadas no Brasil, como o

projeto *Paz na Escola, Ética e Cidadania*, realizado pelo MEC, *Escola que Protege*, um projeto que acabou transformado em programa, dentre outros. Acredita que há despreparo para sistematização de dados sobre o que o Brasil já realiza, e o CNEDH deve se preparar para construir indicadores, analisar relatórios de projetos já realizados e buscar aprendizados com cada um deles. Fez recomendação de elaboração de texto didático destinado a professores e gestores com resultados e recomendações da pesquisa.

Foi acordado que **Vanessa Carneiro** pode elaborar o texto e encaminhar para o CNEDH.

Fernanda Reis Brito, da CGEDH, informou que a plataforma da Escola Nacional de Educação em Direitos Humanos, irá disponibilizar cursos já existentes na modalidade EaD. **Profa. Nair Bicalho, especialista**, informou que o MEC fará o mesmo em sua plataforma.

Daniella Veyga, da UNE, afirmou que os estudantes debatem temas de Direitos Humanos separadamente (gênero, questão racial, etc.) e que seria importante que os temas fossem debatidos conjuntamente. Na ausência de organização pelas escolas, os alunos se organizam autonomamente, e há indícios de perseguição a alunos que fazem parte de grêmios estudantis. Existe um foco de atuação com professores, para tratamento da questão de direitos humanos nos currículos, mas deve haver um olhar para o que os alunos estão fazendo de maneira autônoma. Relatou a história da UNE e a importância de atuação do movimento estudantil. É necessário retomar o diálogo com estudantes, com destaque para o ensino básico (fundamental e médio), e não apenas com professores e gestores. Destacou que a gestão pode não ser democrática porque não há eleição para essas funções nas escolas, mas indicação. Poderia haver eleição direta para direção.

Profa. Nair Bicalho, especialista, destacou que as atuais lideranças políticas atuaram em movimentos estudantis, e que estão surgindo novas lideranças dos movimentos de ocupação das escolas.

Galdene Santos, do MNDH, destacou a dificuldade que estudantes que participaram das ocupações estão tendo para manter debates no âmbito das escolas e reafirmou o resultado encontrado na pesquisa de redução das temáticas de direitos humanos nos livros didáticos. Ressaltou a importância da atuação do CNEDH.

Francisca Pini, do IPF, ressaltou a importância da participação do MEC para a possibilidade de realização de encaminhamentos dos resultados. Fez questionamento sobre possibilidade de reedição de curso de formação de conselheiros escolares.

Francisco Moraes, da SECADI-MEC, informou que levará a sugestão ao MEC e trará resposta ao CNEDH.

A apresentação de Vanessa Alves Carneiro foi encerrada. Passou-se para a reunião das comissões temáticas, conforme previsto em pauta.

REUNIÃO DAS COMISSÕES TEMÁTICAS

Fernanda Reis Brito, da CGEDH, fez sugestão de que as comissões temáticas e grupos de trabalho procurem fazer sistematização de ações e resultados para a 6ª reunião ordinária, que tem previsão de realização nos dias 16 e 17 de novembro de 2017, considerando que esta será a última reunião do biênio 2016 e 2017.

Francisca Pini, do IPF, informou que sistematização do grupo de trabalho sobre criação, fortalecimento e acompanhamento de instâncias colegiadas e governamentais de EDH nos estados e municípios foi realizada e fez questionamento sobre a circulação do documento. O documento foi distribuído a todos os participantes.

Em seguida, foi realizado intervalo de 15 minutos.

No retorno da reunião, foi realizada sugestão de elaboração de um posicionamento do CNEDH a respeito da nova estrutura do Ministério dos Direitos Humanos, e sobre a importância da temática de EDH.

Fernanda Lapa, do IDDH, lembrou que a 4ª Reunião Ordinária, foi realizado encaminhamento de que haveria suspensão da revisão/atualização do PNEDH e seria realizada busca de alternativas para realizar o levantamento do histórico de implementação do Plano, com produção de documento com o resgate dos 15 anos desde a publicação e formalização das informações levantadas. A partir deste diagnóstico de pesquisa, seria construído um plano de ação passível de monitoramento.

Profa. Nair Bicalho, especialista, destacou que está produzindo um artigo sobre este histórico e os desafios de implementação do Plano. Destacou também que o CNEDH é o principal formulador da política de EDH. Lembrou o processo de elaboração das Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos, com articulação institucional entre o CNEDH e o Conselho Nacional de Educação. As Diretrizes Nacionais colocam como tarefa do MEC a implementação na educação básica e superior, com parceria da SDH. Na política da educação não formal, para servidores de segurança e justiça, e para EDH e mídia, a SDH deve tomar a frente. Para fazer mudanças no PNEDH, é necessário fazer um balanço das atividades realizadas e diagnóstico da política de Estado de EDH, a exemplo dos planos de ação de implementação de EDH na educação básica realizados pelo MEC, e o Pacto Nacional Universitário para o ensino universitário.

Thais Ribeiro, da CGEDH, fez sugestão de elaboração de um planejamento de realização de diagnóstico e elaboração de plano de ação para o PNEDH, considerando necessidade de previsão de recursos orçamentários e alcance das atividades.

Fernanda Lapa, do IDDH, fez questionamento sobre prazo de planejamento, considerando o fim do mandato do biênio 2016 e 2017.

Francisca Pini, do IPF, fez sugestão de realização de um seminário junto com a próxima reunião ordinária, de duração de uma dia e prévio à reunião, com realização de um balanço de implementação do PNEDH e planejamento de um plano decenal. A reunião ordinária sistematizaria o conteúdo do seminário.

Maria Nazaré Tavares, especialista, destacou a importância de articulação com comitês estaduais. Para o seminário, poderia ser realizada articulação com entidades como Unesco, para preparação de documento prévio para subsidiar o seminário, e recuperar materiais como portarias, editais de fomento de ações para EDH, materiais didáticos, de eventos regionais, etc. As comissões e grupos temáticos devem pensar em encaminhamentos para levar ao seminário.

Francisca Pini, do IPF, lembrou a reunião que será articulada pela consultora Fernanda Calderaro com os comitês estaduais em outubro de 2017.

Thais Ribeiro, da CGEDH, sugeriu a elaboração de um planejamento de realização do seminário, e lembrou a necessidade de encaminhamento interno das propostas e apuração de orçamento.

Os participantes concordaram e passou-se ao planejamento, conforme arquivo em anexo (ANEXO 2 – COLÓQUIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS).

Às 18h15h foi encerrado o primeiro dia da 5ª Reunião Ordinária

BRASÍLIA, 11 DE AGOSTO DE 2017

O segundo dia de reunião foi iniciado às 9h30.

Estavam presentes: Thais Lemos Ribeiro (CGEDH), Francisco de Moraes (MEC), Galdene Santos (MNDH), Rísla Lopes Miranda (MinC), Fernanda Lapa (IDDH), Nair Bicalho (Especialista), Maria Nazaré Tavares Zenaide (Especialista), Gina Vieira (Especialista), Daniella Veyga (UNE), Francisca Pini (IPF), Priscila Oliveira (Ministério da Justiça e Segurança Pública) e Katia Grams (FLACSO).

O primeiro tema a ser tratado foi o Decreto n. 9.122, de 9 de agosto de 2017, que aprova estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança do Ministério dos Direitos Humanos, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores-DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo – FCPE.

Foram realizados questionamentos sobre os impactos deste decreto nas atividades da Secretaria de Direitos Humanos e no Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Foram realizados os seguintes esclarecimentos: a temática de educação em direitos humanos foi mantida na Secretaria Nacional de Cidadania, e o tema foi alçado ao nome da Diretoria de Promoção e Educação em Direitos Humanos; a Coordenação-Geral de Educação em Direitos Humanos foi mantida, porém com um cargo a menos; o

CNEDH não é mencionado no Decreto por se tratar de colegiado instituído por meio de Portaria, e não por Decreto ou Lei.

Os presentes decidiram por redigir uma nota a respeito dos impactos do Decreto, conforme arquivo em anexo (ANEXO 3 – NOTA CNEDH DECRETO 9122-2017).

Após finalização da elaboração da nota pública, foi retomado o planejamento do Colóquio Nacional de Educação em Direitos Humanos (ANEXO 2 COLÓQUIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS).

Foi estabelecida comissão para encaminhamento do planejamento do colóquio, que deverá se reunir periodicamente. Farão parte da Comissão:

- CGEDH-MDH;
- SECADI-MEC – Francisco Moraes;
- Profa. Nair Bicalho;
- IDDH - Fernanda Lapa;
- IPF - Francisca Pini;
- Flacso.

Com a finalização do documento, foi deliberada a finalização da 5ª Reunião Ordinária do CNEDH, por se considerar que as atividades dos grupos de trabalho e comissões foram encerradas.

ENCAMINHAMENTOS

- 1) Envio de informações sobre os eventos internacionais apresentados nos informes por Fernanda Lapa, do IDDH, e por Profa. Nazaré Tavares, especialista.
- 2) Elaboração de artigo didático por Vannessa Alves Carneiro com resultados e recomendações da pesquisa apresentada sobre tendências da incorporação da EDH no Brasil no cenário regional das Américas a partir de análise do segundo ciclo de relatórios interamericanos de EDH do Instituto Interamericano de Direitos Humanos (IIDH) no ciclo 2007-2011, para compartilhamento com gestores da educação e professores. O artigo será encaminhado para o CNEDH com objetivo de avaliação, aprimoramento e encaminhamento.
- 3) Envio de informações sobre possibilidade de reedição de curso de formação de conselheiros escolares por Francisco de Moraes, do MEC.
- 4) Envio de mensagem por Fernanda Reis Brito (CGEDH) para encaminhamento do planejamento das comissões temáticas e grupos de trabalho e cobrança dos planejamentos faltantes até dia 30 de agosto de 2017. Estas propostas deverão compor o plano decenal de educação em direitos humanos e subsidiarão a 6ª Reunião Ordinária.
- 5) Publicação e distribuição da Nota Pública sobre o Decreto n 9.122, de 9 de agosto de 2017.
- 6) Encaminhamento do planejamento de Colóquio Nacional de Educação em Direitos Humanos pelo CNEDH.
- 7) Realização de reunião da comissão organizadora do Colóquio Nacional de Educação em Direitos Humanos na primeira quinzena de setembro.